

Reequilíbrio financeiro do DF

Valdivino José de Oliveira*

O procedimento do governo passado foi atípico em termos de normas administrativas, principalmente na área da Secretaria de Fazenda, particularmente nas sucessivas incorreções de seguidos déficits fiscais. Chegou, em 1998, segundo levantamento do Ministério da Fazenda, ao montante de quatro por cento (4%) do orçamento distrital.

Naturalmente, o fato criou sérios transtornos, considerando que as principais causas do déficit decorreram da redução de transferências para custeio constitucional do pagamento de pessoal nas áreas da Saúde, Educação e Segurança efetuado pela União, sem o competente referendo da equipe econômica do Governo Federal. Equivalendo dizer que o governo passado exercia uma política de pessoal totalmente em desacordo com o que estava estabelecido pela União e, o que é pior, o governo anterior, na prática, desonrou o compromisso existente com o governo Federal.

Além do mais, os programas de trabalho do governo comprometiam a quase totalidade da Receita própria, além de ter de complementar as despesas do pessoal acima referenciadas, provocando o déficit encontrado nas contas do Governo passado. Numa avaliação rápida e sintética, podemos classificar o procedimento do governo anterior dentro do aspecto distanciado da realidade administrativa e política.

Assumindo o governo, Joaquim Roriz deparou com graves problemas sociais no Distrito Federal. Na verdade, o que existia era uma fanfarra fazendo muito barulho, alardeando nada misturado com coisa nenhuma. O número é a realidade mais exata que pode existir. O governador Roriz encontrou a fantástica taxa de 22% de desemprego na população economicamente ativa. Em consequência do fato, e isso é inquestionável nas estatísticas, houve crescimento da fome, da



subnutrição e da violência.

Na verdade, o Governo passado vendeu mais ilusão do que realidade e sufocou as esperanças de enorme parcela da população do Distrito Federal. Sem um planejamento correto e sério, tentar atenuar esses problemas significaria incorrer em mais gastos em um cenário de contas desequilibradas por conta de gestão tecnicamente desqualificada.

Dívida interna

Além do mais, a dívida interna do GDF, não refinanciada pelo Governo anterior, à semelhança de outros Estados brasileiros, era uma dívida de curto prazo (prazo médio de 5 anos) com taxas de juros elevadas. Enquanto isso, a economia de Brasília apresentava graves distorções, pois sendo uma economia com vocação para o setor terciário, com um dos melhores mercados consumidores do País, apresentava, segundo a FECOMÉRCIO, um índice de 85% de abastecimento por empresas de outros Estados. Caracterizando evasão da Receita e o crescente fantasma do desemprego que embora não seja somente nosso, exige de todos: Governo e sociedade, esforços e a flexibilização de mecanismos conjunturais que venham a contribuir para a erradicação do problema que penaliza grande parte da população brasileira.

Ao assumirmos a Secretaria de Fazenda a nossa maior missão era reordenar as finanças do Governo do Distrito Federal dentro do salutar princípio de não sacrificar o contribuinte que já muito sofre com pesada carga tributá-

ria e alcançar os meios financeiros para os programas administrativos do GDF. Inicialmente, o Governo pretendia lançar um programa social em escalas variadas, de modo a atender todas as faixas etárias da população necessitada do Distrito Federal.

Cabia à Fazenda oferecer o suporte para as pretensões do governador e eliminar o déficit público, reordenando a economia nos parâmetros adequados à realidade. Com o espírito da seriedade necessária, o governo do Distrito Federal procurou a equipe econômica da União buscando o modelo de refinanciamento de sua dívida dentro das condições razoáveis, sem abdicar de sua dignidade e sem diminuir as responsabilidades dos compromissos assumidos.

Com a receptividade e compreensão da equipe do Governo Federal, refinanciamos a dívida junto à União, alongando os prazos dos vencimentos para trinta anos, com a baixa dos juros e outras facilidades para o GDF. A negociação trouxe ao governo de Brasília, de imediato, a redução no desembolso com a dívida e, conseqüentemente, a recuperação da capacidade de endividamento, possibilitando ao GDF a contratação de novos empréstimos e a retomada de obras importantes, entre as quais, destacando-se o metrô. Com tais providências, a população do Distrito Federal já pôde sentir a mobilidade na geração de empregos e na circulação de riquezas.

A Secretaria de Fazenda está sendo totalmente transformada. Foram inúmeros os programas de modernização fazendária, investimento na área de informática, treinamento e qualificação de pessoal, atendimento ao público e reorganização do sistema de fiscalização.

E iniciamos, também, uma série de modificações na legislação tributária e, para tanto, incluindo nas discussões os representantes das entidades empresariais, visando proteger o mercado local, atrair a economia informal, além de outras medidas incentivadoras da criação e ampliação de

economia
empresas. Tudo buscando atingir o conceito do procedimento de inverter a situação do mercado local, passando o abastecimento de Brasília a ser efetuado por empresas locais.

Transformação

Com as medidas até agora adotadas, a receita do ICMS saltou dos novecentos e setenta milhões de Reais, arrecadados em 1998, para mais de um bilhão e duzentos milhões no ano seguinte de 1999, representando o aumento nominal de mais de quinze por cento (15%). No âmbito da contenção das despesas, a Central de Compras criada junto à Secretaria de Fazenda, com a finalidade de racionalizar os gastos da administração do GDF, modernizando a aquisição de material de consumo e permanente, instalada em agosto passado, até agora, a ação administrativa do órgão já proporcionou ao Erário do GDF a significativa economia superior a cinquenta e cinco milhões de Reais.

Encerramos o primeiro ano do governo eliminando o déficit público, que já se tornava crônico, permitindo ao Governador o lançamento de seus programas sociais, oferta de pão e leite para as crianças carentes, distribuição de cestas básicas às famílias necessitadas, criação de dez mil frentes de trabalho, além de outros programas na área social, incluindo assistência aos idosos, lazer e educação. O governo pôde no seu elenco administrativo, iniciar e reiniciar cerca de mais de duzentas obras em todo o Distrito Federal.

Por tudo isso, acreditamos que com os sinais evidentes do crescimento da arrecadação, com a redução do desemprego que já começa a ser demonstrada nas pesquisas, com certeza, as políticas de gestão financeira, fiscal e econômica estão no caminho certo e pode significar um ano de 2000 muito mais profícuo para a sociedade e também para a economia do Distrito Federal.

* Secretário de Fazenda do GDF